

GALETTI, CAMILA; RIVETTI, JÉSSICA
MELO. *FEMINISMOS EM MOVIMENTO*.
BELO HORIZONTE: EDITORA LUAS, 2023.

Gabriela Pandeló Paiva*

Fruto de um projeto organizado por Camila Galetti e Jéssica Melo Rivetti, “Feminismos em Movimento” é uma obra coletiva de mulheres a partir da inquietação de representar a pluralidade dos feminismos existentes. A partir da contribuição de representantes de diversos movimentos sociais, políticos e acadêmicos, essa obra pretende explicar, de forma didática, as diferentes correntes existentes no movimento feminista diante de um mesmo pressuposto: “de que a desigualdade de gênero se faz presente de inúmeras formas na sociedade” (Galetti; Rivetti, 2023, p. 9). Surge, portanto, como uma resposta ao fortalecimento do neoconservadorismo e seus ataques aos movimentos feministas em todo o mundo. Assim, através de 32 verbetes elaborados por 37 autoras das mais diferentes origens, estas buscam contribuir para a luta pela igualdade de gênero a partir de diferentes demandas e agendas que orientam cada corrente.

O prefácio do livro ficou a cargo da deputada federal Fernanda Melchionna (PSOL/RS), que reforça a importância de obras com uma linguagem acessível como uma ferramenta da luta contra os movimentos de extrema direita, tendo em vista a ascensão de um movimento reacionário que coloca o ideal de mulher como a “esposa” e “mãe”. Pontua ainda o perigo de tratar o feminismo em “ondas”, perspectiva essa oriunda de um Norte Global branco de classe alta, reforçando a importância de se olhar também para o Sul e suas especificidades, observando o protagonismo feminino como um todo, sincronizado de maneira “desigual e combinada” (*apud* Galetti; Rivetti, 2023, p. 15).

Adentrando a obra em si, fez-se necessária a seleção de alguns verbetes para serem apresentados nesta resenha. Em *Antifeminismo*, Camila Galetti (2023, p. 28) explica ser “uma crença que considera a teoria e prática feminista exagerada, nociva e/ou opressora tanto para homens quanto para mulheres e que, supostamente, encorajaria o ódio aos homens”. Tratar-se-ia de uma versão extrema do masculinismo, em que indivíduos do sexo masculino estão em

* Mestre e Doutora em Ciência Política pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). <https://orcid.org/0000-0002-8148-6588>.

crise devido à feminização da sociedade, sendo, portanto, um reflexo da “crise da masculinidade”. A ascensão de governos de direita tem amplificado os discursos antifeministas proferidos por mulheres, consolidando uma retórica que se embasa no anti-intelectualismo, antipolítica, anticomunismo, antipartido, entre outros. A autora então faz uma breve revisão do entendimento do feminismo ao longo do século XX como o inimigo da família tradicional no regime nazista e fascista, onde a função da mulher era restrita à esfera privada, sendo responsável pelo cuidado e reduzida a um estado de submissão. Em seguida, o ressentimento é apresentado como um afeto característico dessas narrativas, acentuado em momentos de crise econômica em que o homem branco perde seu protagonismo de provedor econômico e a mulher retorna ao espaço privado, reformulando, então, a ideia de família tradicional. Cabe destacar ainda que, no século XXI, cresceu a inserção de mulheres declaradamente antifeministas na disputa pelo protagonismo na esfera pública a partir da lógica do cuidado, ou seja, reforçando ideias patriarcais.

Maria Elena Martin e Mariana Colotta explicam o *Feminismo Cultural* através da sua oposição radical aos estereótipos de masculino e feminino legitimados pela biologia, psicologia ou como partes de processos de socialização. Fundamenta-se a partir da ideia de que existe uma natureza feminina, tendo a masculinidade como inimiga, e o macho como um predador cuja sexualidade é imperativa. Surgida a partir do feminismo radical, essa corrente foi a responsável por cunhar o conceito de gênero enquanto diferença sexual, adotando uma postura essencialista de um mundo de mulheres e para mulheres, além de interpretar a masculinidade como imutável, posicionando os homens como inimigos. A ênfase nas diferenças implica, ainda, o repúdio à heterossexualidade por sua cumplicidade ao mundo masculino, colocando o lesbianismo como a única opção viável contra a contaminação masculina. Por fim, as mulheres são apresentadas como vítimas sem a possibilidade de livre-arbítrio, ao mesmo tempo que investidas de uma superioridade advinda de sua relação harmoniosa com a natureza.

Em *Feminismo interseccional*, Raquel Suely Cardoso da Conceição inicia sua fala dizendo que frequentemente o termo é compreendido como “conexão” ou “ligação” em uma simples somatória de elementos que caracterizam relações de poder, chamando a atenção para o risco da banalização e reificação do termo através do esvaziamento de seu sentido. É necessária a compreensão da

interseccionalidade em sua relação fundante na luta e prática política, já que se baseia no enfrentamento contra opressões múltiplas e entrelaçadas, sendo impossível dissociá-la do arcabouço teórico do feminismo negro, pois consiste em um marco interpretativo resultante do processo de complexificação das relações de poder globais. Patricia Hill Collins (1986, p. 144) faz a defesa da epistemologia feminista negra para reivindicar o status desses saberes pela academia a partir do argumento de que “as *experiências vividas* por mulheres negras têm potencial de produzir um ponto de partida privilegiado no que se refere à produção de saberes e ativismos de enfrentamento às opressões”. Collins então apresenta o conceito de *outsider-within*, em que a experiência vivida é definida como critério de sentido e que, por sua vez, ocorre a partir dos tensionamentos entre experiências individuais e coletivas marcadas por vivências em comum. A autora conclui afirmando que a interseccionalidade “é originária da praxis feminista negra em suas pluralidades”, ao que acrescenta que “a experiência estrutural da mulher racializada produz reflexão crítica a partir da resistência” (Collins, 1986, p. 147).

Sobre *Feminismo Negro*, Livia de Souza Lima (*apud* Galetti; Rivetti, 2023) afirma se tratar de um movimento político e cultural e também uma corrente de pensamento social desenvolvida a partir da centralidade das experiências vividas pelas mulheres negras. Essa necessidade se apresenta tendo em vista a insuficiência programática e conceitual dos movimentos políticos e progressistas em abarcar sua realidade na construção de uma crítica social adequada, trabalhando, assim, para o enegrecimento do feminismo. Segundo Patricia Hill Collins (2000), trata-se de uma teoria crítica engajada na luta contra a opressão e comprometida com ideais de justiça para grupos oprimidos, desenvolvendo quadros de análise para se compreender a dominação e seus efeitos, com o objetivo de resistir às injustiças sociais e econômicas. A definição de um feminismo negro consiste em uma forma de resistência coletiva, pois quebra a perspectiva homogeneizante das mulheres como vítimas do sistema de dominação, dando-lhes voz para produzirem conhecimentos sobre si e o mundo que habitam, especialmente quando se considera a exclusão sistemática dessas mulheres do ambiente acadêmico. Propõe-se então o uso das experiências pessoais das mulheres negras como fonte de informação, questionando a ideia do sujeito de conhecimento neutro e também a do afastamento entre as produtoras de conhecimento e seus objetos de análise. A utilização de experiências

peçoais se torna, portanto, um recurso estilístico de tomada de consciência, como visto nas obras de Lélia Gonzalez (RATTS; RIOS, 2010) e bell hooks (2017). É importante destacar que esse processo não se trata de uma hiperindividualização da ciência, mas a união entre sujeito e objeto do conhecimento como uma ferramenta de construção de solidariedade. Por fim, a autora apresenta também uma discussão sobre a interseccionalidade que se complementa àquela do verbete anterior.

Em *Feminismo Transgênero/Transfeminismo*, Lucci Laporta apresenta uma importante citação acerca da marginalização das mulheres trans dentro do movimento feminista para, em seguida, associá-las ao movimento feminista negro em oposição à ideia da “mulher universal” branca e cisgênero. Assim como gênero é uma construção social, as identidades trans são inerentes a um Sistema¹ de normatizações artificiais sintetizadas a partir da genitália com a qual nascemos ou, no caso de pessoas intersexo, a genitália que lhes foi designada cirurgicamente. A sociedade, ao rotular corpos a partir do gênero, coage os indivíduos a se comportarem como tais a partir de processos violentos de subjetivação que os mantém à margem, o que pode ser observado em estatísticas que mostram que a expectativa de vida dessas pessoas é de 35 anos de idade. A marginalização ocorre, sobretudo, dentro do próprio movimento feminista, que, muitas vezes, questiona a legitimidade das mulheres trans, reproduzindo a opressão patriarcal. A autora chama a atenção para a diferença da aceitação quando pensamos em homens trans que, através de processos cirúrgicos, ganham o critério de passabilidade, ou seja, passam-se por corpos cis com menos dificuldades e, muitas vezes, recebem os privilégios da masculinidade e são pressionados a reproduzir o patriarcado. Por fim, chama-se a atenção sobre as desigualdades dentro da sigla LGBTQIA+, que, por muito tempo, tinha homens gays cisgênero brancos como protagonistas, mas que atualmente perderam espaço para os demais segmentos que tomaram a frente no combate ao heterocisnortismo e ao patriarcado.

No verbete *Homens Feministas?*, Isabela Venturoza inicia a discussão reafirmando a polissemia do termo “feminismo” permeada por diversas vertentes teóricas e com significados distintos, sem que se atinja um consenso. O que

¹ A autora reforça ironicamente a normatividade cisgênero na qual os corpos são coagidos a se encaixar desde o seu nascimento.

se observa atualmente é uma abertura do movimento a pessoas que não necessariamente se entendem enquanto mulheres – como pessoas não binárias, homens trans e homens cis –, trazendo questionamentos sobre até que ponto as ferramentas feministas têm amparado esses sujeitos ou mesmo levado em consideração a proximidade entre as pautas. Venturoza responde que um indivíduo não precisa ser alvo direto de uma desigualdade social para se opor a ela. Abre-se então um paralelo para se pensar que a imposição do gênero masculino aos homens também pode ser prejudicial e atravessada por conflitos, trazendo o conceito de *gender traitor* para se referir a homens que apoiam o feminismo e, assim, estariam ameaçando os privilégios do grupo como um todo. A autora então argumenta que existem diversas formas de compreender os feminismos e que os homens podem utilizar esses instrumentos para desconstruir os modelos de masculinidade nocivos e socialmente determinados, fazendo então referência ao conceito de *performatividade de gênero* (Butler, 1990). Ademais, homens tentam se afastar do título de feministas por estar associado à identidade “mulher”, mesmo que suas práticas cotidianas sejam condizentes com a denominação, devendo, portanto, manterem-se atentos às suas ações para que juntos se avance na busca por equidade e justiça social.

Por fim, é possível observar a importância da obra **Feminismos em Movimento**, que combina discussões teóricas densas e linguagem acessível, proporcionando uma leitura robusta sobre a miríade de possibilidades do feminismo e suas particularidades. Percebe-se que as formas de se compreender as demandas feministas são vastas e muitas vezes até contraditórias entre si ao se privilegiarem determinados grupos em detrimento de outros. Em outros termos, o feminismo também contém um espectro entre direita e esquerda, e essa distinção é fundamental, ao se pensarem as funções sociais atribuídas a cada mulher, especialmente se tratando das antifeministas que optam por reproduzir o patriarcado e seu lugar de submissão. A discussão adentra ainda o âmbito da sexualidade com correntes que repudiam a heterossexualidade e o mundo masculino opressor, enquanto outras deslegitimam a transexualidade por seu caráter “antinatural”. Cabe retomar que as opressões também são interseccionais e se encontram entrelaçadas à raça e classe, tensionando ainda mais a vivência das mulheres. A obra configura-se, assim, como uma verdadeira enciclopédia de feminismos possíveis de serem praticados por todos que assim desejarem.

REFERÊNCIAS

BUTLER, Judith. *Gender trouble: feminism and the subversion of identity*. Nova York: Routledge, 1990.

COLLINS, Patricia Hill. *Black feminist thought*. New York: Routledge, 2000.

COLLINS, Patricia Hill. Learning from the outsider within: the sociological significance of black feminist thought. *Social Problems*, v. 33, n. 6, 1986.

HOOKS, bell. *Ain't I a woman?* London: Silver Press, 2017.

RATTS, Alex; RIOS, Flávia. *Lélia Gonzalez*. São Paulo: Selo Negro, 2010.